

Equilíbrio precário *Com Brasil*

Para que o quadro extremamente positivo da economia brasileira que está descrito no editorial acima, fruto do Plano Real, se consolide e permita que o Brasil volte a ter um crescimento sustentado, é preciso, em primeiro lugar, garantir estruturalmente o equilíbrio financeiro do setor público, até agora mantido de modo bastante precário.

Este ano, o equilíbrio das contas do governo foi conseguido, basicamente, graças ao aumento da arrecadação tributária, via aumento de impostos e redução da sonegação, e pela instituição do Fundo Social de Emergência. No próximo ano, pela primeira versão do Orçamento-Geral da União, nem esses instrumentos conseguirão evitar um déficit significativo nas contas públicas se reformas mais profundas não forem realizadas.

As contas do governo para 1995 indicam, preliminarmente, um rombo de R\$ 10 bilhões no ano que vem, cerca de 2% do PIB, já computados os aumentos de despesas em relação a este ano que virão principalmente do aumento do funcionalismo, e a redução das receitas, provocada pelo fim do IPMF e a perda do imposto inflacionário. A Previdência Social deverá ter aumento de receita de R\$ 3 bilhões a R\$ 4 bilhões, mas mesmo assim há o risco de faltar dinheiro para pagar as aposentadorias e pensões, o que exigirá dispêndios adicionais do Tesouro não previstos agora.

Outro dado levantado pelos técnicos do Orçamento confirma, como há muito tempo denunciava o ex-ministro Mailson da Nóbrega, a extrema dificuldade que o próximo presidente da República enfrentará para governar: 90,5% da receita do governo federal já está comprometida com despesas que não podem ser alteradas, tais como despesas de pessoal, pagamentos de benefícios da Previdência Social, transferências

obrigatórias a Estados e municípios, juros da dívida, despesas do Legislativo e do Judiciário. Apenas 9,5% do Orçamento pode ser manejado para aplicação nas políticas do governo.

Para tentar montar um Orçamento sem déficit, os técnicos da Fazenda e do Planejamento, diante da impossibilidade legal de reduzir a maior parte das despesas previstas, estão procurando principalmente formas de aumentar a receita. Há idéias inovadoras e audaciosas, como a lançada no final de semana pelo assessor especial do Ministério da Fazenda, Edmar Bacha, de usar parte das reservas cambiais para reduzir a dívida interna e, portanto, os gastos com juros. Mas essa é uma idéia polêmica e que precisa passar ainda por um debate mais profundo. Uma fonte de recursos que está sendo analisada é a venda de ativos, como os estoques de café e até de empresas estatais. A idéia parece absurda. A venda de ativos justifica-se para usar o dinheiro, como está previsto no Fundo de Amortização da Dívida Pública, para diminuir essa dívida. Vender patrimônio para pagar despesas de custeio é, como disse o ex-ministro Simonsen, o mesmo que um chefe de família vender um apartamento para fazer turismo.

O que se tem que buscar, em primeiro lugar, é o que o ministro Ricúpero está anunciando que irá propor ao Congresso Nacional logo após o primeiro turno da eleição presidencial: uma reforma tributária e fiscal que permita ao governo arrecadar mais se aumentar impostos, facilite o corte de despesas e acabe com a camisa-de-força das vinculações constitucionais.

Sem isso, manter a inflação baixa como está hoje e executar algum projeto ou tocar alguma obra será praticamente impossível.